

APRESENTAÇÃO

Chega a Revista Jurídica do CESUPA, agora denominada Revista Direito, Políticas Públicas e Desenvolvimento na Amazônia: Revista Jurídica do CESUPA, ao número 2 do 6º volume, mantendo uma periodicidade semestral desde o número 1 do volume 3, e sem qualquer atraso.

Em relação ao primeiro aspecto, é preciso destacar que a mudança da denominação da Revista obedece à necessidade de reposicionar o periódico, identificando suas principais áreas de divulgação de ideias e investigações, com destaque para a difusão de pesquisas que tratem do desenvolvimento da Amazônia, região onde está localizado o Centro Universitário do Estado do Pará e seu Programa de Pós-graduação em Direito.

Quanto ao segundo, a manutenção por quatro anos da periodicidade semestral, bem como o fato de que a Revista não tem atrasos em sua publicação, mostra que é um veículo confiável para aqueles que desejam ter suas pesquisas divulgadas, assim como para os que buscam a leitura de textos de qualidade e que chegam à internet no momento em que isso é, previamente, divulgado.

Neste número contamos com sete artigos de temas variados, sendo quatro ligados à área trabalhista e sindical, tanto no plano material como no processual, um da área tributária, um relativo ao tráfico sexual infantojuvenil, e um de Direito constitucional, mais especificamente à liberdade religiosa, mas, compatíveis com a vocação do periódico, e que tratam: da proteção do trabalhador na era da indústria 4.0: o papel do upskilling e reskilling nas relações de trabalho; das contribuições assistenciais e o direito de livre associação sindical: os impactos da não instrumentalização do direito de oposição no cenário amazônida; das holdings familiares e sucessão patrimonial: (in)eficiência fiscal em contexto de reforma tributária; do compliance trabalhista e o novo cenário jurídico da pejotização: uma abordagem sobre a atuação preventiva nas startups diante do tema 1.389 do STF; de socioconstitucionalidade e folclore: uma análise do uso do mito da cobra grande como narrativa de ocultação para o tráfico sexual infantojuvenil no Marajó; da competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar o incidente de desconsideração da personalidade jurídica de empresas em recuperação judicial: uma análise

do tema 26 do TST; e, do racismo religioso e a falha na aplicação da constituição: desafios à liberdade religiosa de cultos de matriz africana no Pará.

São textos selecionados com rigor, no sistema *blind review*, e que compõem um interessante acervo para pesquisa.

Por esses motivos recomendamos e desejamos uma boa leitura.

Belém, dezembro de 2025

José Claudio Monteiro de Brito Filho, Prof. Dr.
Editor-Chefe